

ARQUITETURA E ETNICIDADE: PATRIMÔNIOS MATERIAIS E IMATERIAIS NA ROTA TURÍSTICA CAMINHOS DE PEDRA

Claudine Machado Badalotti¹

Resumo: A preservação da memória construída de um povo, enquanto patrimônio histórico, constitui uma das premissas básicas para o desenvolvimento sustentável, pois além de representar a própria síntese da cidade, potencializa a identidade coletiva dos povos, nesse caso dos ítalo-gaúchos, promove a preservação dos bens materiais e imateriais, da identidade étnica de um grupo social e, somado a isso, pode contribuir para o incremento do desenvolvimento econômico e social, através do turismo étnico, gastronômico e arquitetônico. O trabalho objetiva analisar experiências de preservação arquitetônica na Serra Gaúcha, em particular no município de Bento Gonçalves, em suas rotas turísticas; a intenção é perceber processos tradicionais de ambientes construídos em correlação com dinâmicas modernas de vida social e econômica, bem como representação e reconstituição de etnicidades, aparentemente contraditórias, numa sociedade que se mostra globalizada.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Arquitetônico.

Introdução

O presente artigo pretende analisar as construções do imigrante italiano na Rota turística Caminhos de Pedra para entender a memória étnica desse povo, invocando seu patrimônio construído e seu uso para o fomento mercantil, reforçando assim sua italianidade.

A importância de se preservar essas construções rurais provenientes de uma arquitetura de linguagem própria, de base essencialmente artesanal e de simplicidade notável, advém da recuperação da memória construída de um povo, pois somente com a compreensão de experiências construtivas antigas podemos fazer o novo. Sabe-se que uma sociedade que despreza sua herança cultural não evolui. Não basta preservar apenas os casarões, os imóveis que pertenceram a pessoas ilustres, pois a história é mais que isso, ela precisa dos casarões, mas também das casas de “porta e janela” do cidadão comum. Ambos fazem parte das práticas sociais vividas por seus moradores. Michelin (2008, p. 27) citando Barreto (2000), retrata que quando se fala em patrimônio, busca-se enfatizar que esse

[...] deixou de ser definido pelos prédios que abrigam reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de

¹ Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF, bolsista Fapergs, arquiteta e urbanista pela Universidade de Passo Fundo - UPF, especialista em arquitetura hospitalar pela IAHCs de Porto Alegre. Endereço eletrônico: arquiteta.claudine@gmail.com

todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade (Barreto apud Michelin, 2008, p. 88).

Portanto, é a partir da valorização da própria história que o passado adquire importância e pode ser utilizado como mercadoria de alto valor agregado para a indústria turística, criando assim lugares dotados de memórias a eles associados. Esses lugares passam a compor o imaginário dos moradores locais e dos turistas que visitam o roteiro. Criam-se assim lugares providos de urbanidade.

1. A imigração italiana no Rio Grande do Sul

Para entender melhor o processo de consolidação do povoamento da cidade de Bento Gonçalves e sua formação enquanto município, é necessário uma explicação sucinta sobre o processo de colonização e da imigração italiana no Rio Grande do Sul, compreender porque os italianos abandonaram seu país e adotaram a *Mérica* como sua nova pátria.

A grande quantidade de pessoas que se deslocaram da Itália para o Brasil tem diversas explicações, algumas pautadas nas condições adversas que a Itália vivia, outras graças ao apelo pela imigração estrangeira no Brasil.

Abandonar a pátria mãe em direção a um país desconhecido não foi um ato espontâneo, a emigração era desejável na Itália, uma vez que o país não conseguia absorver a mão-de-obra excedente proveniente da transição do sistema de produção feudal para o capitalismo industrial.

As condições de miséria vividas pelos camponeses do norte da Itália reivindicam também sua parcela de culpa na emigração em massa dessas classes sociais, que foram no contexto geral, as mais representativas em praticamente todas as fases da emigração. As frequentes epidemias, as guerras para a Unificação e o extenso serviço militar obrigatório também tiveram importante papel nesse contexto.

A pobreza da alimentação, conforme declara Maestri (2000), baseada na polenta feita com leite, favorecia a propagação da pelagra na população camponesa, doença determinada pela carência de vitaminas no organismo, além de subnutrição, que trazia consigo predisposição para inúmeras doenças.

Segundo Franzina (1976, p. 75) algumas conjunturas climáticas-ambientais também contribuíram na questão do êxodo rural, fenômenos atmosféricos como granizos, seca e o rigor do inverno europeu, resultando em má colheita e baixa dos preços dos cereais.

Franzina (1976, p.79) conceitua a emigração como o termômetro da miséria, fatores como altos impostos, concorrência do trigo estrangeiro e o atraso tecnológico contribuem para aumentar a pobreza do homem do campo.

A colonização italiana e também a alemã no Rio Grande do Sul eram parte de um projeto do governo imperial brasileiro, adepto das teorias "científicas" da hierarquização racial que acreditavam que nações como a nossa, mestiças, não conseguiriam "civilizar-se".

Considerando que a coroa portuguesa, desde sua chegada ao Brasil, almejava introduzir no país europeus não-portugueses, como uma solução para vários problemas, como a questão da defesa nacional, o aumento da produção de gêneros de primeira necessidade e a industrialização, além do branqueamento da raça. Ou seja, a vinda do europeu para o Brasil era a solução para a modernização das estruturas, possibilitando o surgimento de uma nação semelhante a européia.

Segundo Santos (2010, p.154), a imigração foi pensada como uma forma de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente pela substituição do escravo negro pelo branco europeu.

As vantagens da imigração italiana para o Brasil eram inúmeras, como uma força de trabalho a mais na tarefa de desbravar nossas florestas e as terras tidas como improdutivas do Rio Grande do Sul.

Os imigrantes eram atraídos também pela propaganda que lhes era mostrada e falada na Itália e a promessa de que obteriam propriedades com dimensões de um latifúndio para os padrões italianos. Muitos imigrantes nem lotes possuíam e quando o tinham, muitas vezes eram tão pequenos que a colheita não era suficiente para alimentá-los. Quase todos se viam obrigados a arrendar terras.

Para Maestri (2000), a imigração da região nordeste do estado era formada basicamente por italianos vindos do norte da Itália, que durante a unificação foi a região mais atingida economicamente. A partir de 1875, os imigrantes começaram a estabelecer-se nos oito mil quilômetros quadrados de terras impróprias para a produção pastoril da semidesabitada encosta superior do nordeste gaúcho, nas colônias de Conde D'Eu, atual município de Garibaldi, Dona Isabel, agora Bento Gonçalves e Caxias.

Em 1877, dois anos depois, foi criada uma nova colônia para os imigrantes italianos, a de Silveira Martins, na região central do Rio Grande do Sul. Atualmente seu território encontra-se dividido entre vários municípios. Essas quatro colônias oficiais foram os núcleos básicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Os imigrantes que eram enviados para o Rio Grande do Sul chegavam pelo porto de Rio Grande, onde cumpriam um período de quarentena em um barracão até serem encaminhados para Porto Alegre, de onde seriam alocados nas colônias. Os imigrantes que eram destinados para a Colônia de Dona Isabel viajam aproximadamente 78 quilômetros em mulas ou a pé.

As dificuldades encontradas pelo imigrante italiano ao chegarem aqui foram muitas, tiveram que enfrentar a fauna local, armados de facão e machado, acompanhados do filho homem, se o tinham. Os imigrantes se embrenhavam na mata, abrindo clareiras no seu lote e iniciavam a construção do rústico abrigo de pau-a-pique, coberto com ramos de árvores. Era o primeiro abrigo da família, que os aguardava nos barracões dos imigrantes até a construção dessa cabana.

Criada em 1870, a Colônia Dona Isabel (nome dado em homenagem a filha de D. Pedro II) era formada basicamente por colonizadores italianos provenientes de Trento, Tirol, Vêneto, etc. Após a queda do império, em 1892, a colônia de Dona Isabel recebeu o nome de Bento Gonçalves, em homenagem ao general Bento Gonçalves da Silva, um dos líderes da Revolução Farroupilha.

1.1. Uma breve história de Bento Gonçalves – conhecendo a cidade

Bento Gonçalves situa-se na região nordeste do Rio Grande do Sul, na serra gaúcha, a 115Km da capital, com uma população de 107.278 habitantes (IBGE, 2010), com uma economia baseada na indústria moveleira, vitivinícola e de turismo.

Possui área de 382,51 Km², entre a sede e seus distritos (Pinto Bandeira, Vale dos Vinhedos, Tuiuty, São Pedro e Faria Lemos) e uma população formada inicialmente por imigrantes italianos.

Conhecida internacional e nacionalmente por ser a capital brasileira da uva e do vinho, é a primeira região do Brasil a obter indicação de procedência dos seus vinhos produzidos no Vale dos Vinhedos e em Pinto Bandeira.

Escolhida pelo Ministério do Turismo como um dos 65 destinos do turismo do Brasil, fruto de suas belezas naturais, feiras e festas, sua gastronomia, cultura e suas rotas turísticas.

Dentre as suas rotas turísticas, encontra-se o Caminhos de Pedra, no distrito de São Pedro, objeto de estudo dessa pesquisa.

1.2. O projeto Caminhos de Pedra

O projeto Caminhos de Pedra foi idealizado pelo engenheiro Tarcísio Vasco Michelin, que em um primeiro momento também financiou o roteiro e pelo arquiteto Júlio Posenato, com o objetivo de preservar e dinamizar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram para esse pedaço do Rio Grande do Sul a partir de 1875. O projeto buscava a recuperação do patrimônio cultural local, não só de sua arquitetura, mas também de sua língua, folclore, arte e as habilidades manuais dessa comunidade.

Ele surgiu do levantamento do acervo arquitetônico de toda a zona rural do município de Bento Gonçalves, realizado no ano de 1987. A partir desse levantamento, percebeu-se que o Distrito de São Pedro, composto por sete comunidades (São Pedro, São Miguel, Barracão, São José da Busa, Cruzeiro, Santo Antônio e Santo Antoninho), possuía o maior número de exemplares de casas rurais mais antigas e em bom estado de conservação, sendo o conjunto um testemunho considerável da história e da cultura do município.

A partir dessa iniciativa, algumas casas foram restauradas, outras relocadas de sua origem e colocadas na rota, passando a receber visitação. Foi realizada uma adaptação de seus móveis e substituição dos usos dessas casas, voltadas para a indústria turística, a maioria tornou-se centros de degustação de produtos coloniais certificados, outras um memorial da história coletiva dessa população. A implantação da maioria dos estabelecimentos ocorreu de forma linear, ao longo da estrada Júlio de Castilhos.

Em 10 de agosto de 1998, o Projeto Cultural Caminhos de Pedra passou a captar recursos de empresas locais, através da LIC, Lei de Incentivo a Cultura do estado do Rio Grande do Sul.

Esse roteiro recebe em média, uma visitação de 60.000 turistas², contando com 19 pontos de visitação e mais de 50 pontos de observação externa do patrimônio arquitetônico e da paisagem.

Michelin (2008, p. 47) citando Posenato (1998), evidencia que a atividade turística incentiva a valorização da cultura e da etnicidade, questão também trabalhada no projeto, onde

não existindo ainda no povo a consciência da preservação pelo valor cultural, será necessário recorrer a uma forma que, através da receita que gera, num primeiro momento estimule a conservação do acervo por interesses financeiros, e num trabalho sustentado ao longo do tempo através da formação da juventude,

² Dados fornecidos pelo site www.caminhosdepetra.gov.br

desenvolva nas pessoas a convicção do valor da herança cultural, como documento e testemunha da própria caminhada histórica, base da segurança no presente e na evolução rumo ao futuro (Posenato, 1998 apud Michelin, 2004)

Assim, o turismo seria a forma de viabilizar financeiramente que esse projeto fosse realizado, considerando também que um dos objetivos do turismo rural é de criar alternativas de renda complementar e evitar o êxodo rural.

2. A reinvenção da italianidade na criação do lugar

Sabe-se que a identidade é um processo de construção e no caso da recuperação da questão étnica é também uma forma de resistência ao mundo globalizado, onde traços culturais da modernidade passam a ser comuns a diferentes culturas. Segundo Colognese (2004, p.37), a italianidade é uma identidade em constante construção e reconstrução. É a crença numa origem comum, gerando no descendente do imigrante italiano vínculos de pertencimento.

Chegando em terras brasileiras, o imigrante italiano torna-se proprietário de uma fração de terra, denominada colônia, o que deu origem a palavra colono, designação muitas vezes utilizada de forma pejorativa para definir o imigrante italiano ou alemão, um símbolo de diferenciação étnica, rudeza e ignorância.

A italianidade que muitos quiseram preservar como sinal de cultura superior logo na sua chegada ao Brasil, foi perdendo um pouco de sua importância, passando a ser motivo de vergonha para alguns, agravada no período da II Guerra Mundial, onde os descendentes de italiano se tornaram mais cuidadosos em suas vivências culturais, não usavam o dialeto italiano em público e tentavam cada vez mais se tornar como os brasileiros.

Michelin (2008, p. 47) citando Posenato (1998), destaca que a população local tinha vergonha de sua herança cultural, de seu sotaque, além da vergonha de suas "casas de colono", características de sua italianidade. Para esses moradores, ter uma casa antiga era sinônimo de pobreza e de não ter acompanhado o progresso, como fizeram os vizinhos mais ricos. Na medida do possível, derrubavam ou reformavam suas casas antigas buscando características mais modernas, como algumas casas de pedra que foram rebocadas para ficarem mais parecidas com as casas de alvenaria.

Hoje a realidade é outra, os descendentes de italiano sentem orgulho de suas casas e reconhecem seu valor, inclusive por ser uma forma de diversificar sua renda, incentivando

assim o processo de reconstrução da identidade e etnicidade, ambas valorizadas através do turismo.

Para Colognese (2004), na realidade não existe uma cultura italiana no Brasil, como ela é realmente compreendida pela maioria das pessoas, o que existe é uma cultura de raízes italianas, ou seja, uma cultura brasileira diferente sob diversos aspectos da oriunda de outras etnias. A cultura italiana não é simplesmente repetida, mas reconstruída.

Portanto, a maneira mais adequada de chamar esses descendentes de italianos seria "italo-gaúchos", uma cultura característica apenas desse estado brasileiro, resultado da relação de duas culturas diferenciadas, que acaba resultando em uma terceira cultura, processo conhecido por hibridismo cultural.

3. Arquitetura rural italiana: materiais e tipologia da construção

De acordo com Gutierrez (2000, p.45), diferente do que acontecia nas casas rurais na Itália, onde geralmente todas as funções estavam reunidas em uma única construção, no Rio Grande do Sul, cada atividade correspondia a sua própria edificação, já que as dimensões dos lotes destinados aos imigrantes, se comparados ao tamanho dos lotes italianos, correspondiam a um pequeno latifúndio.

Os materiais que compõem a casa dos imigrantes italianos na rota turística como a pedra e a madeira eram obtidos no próprio local. A madeira era recolhida na mata, na abertura dos clarões durante o processo de ocupação da colônia. Seu uso foi a contribuição mais significativa para a arquitetura, era pouco conhecida pelos imigrantes, mas graças a sua abundância foi largamente utilizada nas construções de suas moradias e para fins estruturais.

Gutierrez (2000, p.60) afirma que o trabalho em pedra fazia parte da tradição do imigrante italiano, devido a abundância do basalto no norte da Itália. Aqui retirar as pedras do terreno com o objetivo de utilizá-la na construção teve também a função de desobstruir os campos que serviriam ao plantio.

Geralmente construía três edificações, uma correspondia a residência, outra a cozinha e a terceira era o galpão. O galpão geralmente era mais afastado da casa, servia como depósito de implementos agrícolas, pequena oficina e abrigo de animais (Gutierrez, 2000, p.46).

Uma das primeiras casas da geração de imigrantes chegados nessa região é a Cantina e Casa Strapazon (imagens 01), construída totalmente em pedra irregular, por volta de 1878,

pelo imigrante Giovanni Strapazzon. Foi posteriormente adaptada para a função de cantina pelo Projeto Caminhos de Pedra, essa foi a primeira casa do roteiro a receber um grupo de turistas, provenientes de São Paulo e onde foram gravadas algumas cenas do filme o Quatrilho, uma adaptação do romance de José Clemente Posenato.

Essa construção funcionava como estrebaria de animais, a residência da família estava localizada em uma casa de madeira ao lado, mas segundo relato da funcionária do local essa moradia foi destruída por um incêndio, deixando a família com a estrebaria como a única opção de moradia até que tivessem condições de construir uma nova residência, situação essa que perdurou por aproximadamente oito anos.

A estrebaria foi construída totalmente em pedra irregular, aparelhadas nas faces internas e externas da construção e assentadas com juntas secas (sem uso de argamassa), com as pedras encaixadas umas sobre as outras a maneira de enxilharia, técnica construtiva que além da economia de argamassa favorecia a estabilidade da construção.



Imagem 01: Casa construída em 1878 para estrebaria de animais, atualmente funciona como cantina.
Fonte: Autor



Imagem 02: Casa Vanni, construída em 1935 por Pietro Strapazzon, atualmente o subsolo funciona como restaurante e o térreo como loja e cafeteria.
Fonte: Autor

O piso de chão batido encontra-se igual à época da construção. No inverno, mesmo com a família morando na casa, os animais dormiam na parte inferior, para não morrerem de frio e ajudarem no aquecimento interno do ambiente. A escada que dá acesso ao mezanino é original, construída toda de madeira, inclusive os encaixes, sem uso de pregos ou qualquer outro utensílio.

As portas e janelas não possuem vidros e seus fechamentos são feitos por folhas de madeira, constituídas por tábuas sambladas³ umas as outras e unidas por travessas. Os marcos são grossos, de madeira. Outra característica da arquitetura ítalo-gaúcha eram as vergas e os

³ Peças de madeira reunidas por meio de entalhes.

peitoris executados em madeira que ultrapassavam as ombreiras dos marcos, embutidos nas paredes de pedra, complementando a função estrutural.

Segundo Gutierrez (2000, p.47), a residência da família geralmente possuía três pavimentos, correspondendo respectivamente ao porão, a parte residencial e o sótão. Geralmente aproveitavam os desníveis naturais do terreno para implantar a construção, fazendo assim um porão semi-enterrado. O porão geralmente era de pedra, alguns possuíam janelas, condição essa que favorecia a armazenagem de vinhos, queijos e salames.

A imagem 02 representa a casa Vanni, construção em madeira, erguida em 1935 por Pietro Strapazon, possuindo um porão semi-enterrado de pedras de cantaria, perfeitamente cortadas e encaixadas. Hoje o subsolo foi transformado em restaurante pelo projeto Caminhos de Pedra. Uma das vantagens da sustentação da casa utilizando pedras é manter a madeira longe do contato com o solo, portanto livre de umidade.



Imagem 03: Pequenas janelas do sótão simétricas com as aberturas principais.

Fonte: Autor



Imagem 04: Casarão construído em 1915, atualmente funciona como casa da tecelagem.

Fonte: Autor

Os dormitórios das casas variavam em número, de acordo com a quantidade de filhos. Segundo Gutierrez (2000, p.49), um dos quartos, muitas vezes transformado em despensa, possuía uma escada que dava acesso ao sótão.

O sótão era normalmente dotado de pequenas aberturas, sempre simétricas as janelas dos pavimentos inferiores (imagem 03). De acordo com Gutierrez (2000, p.50) com essas condições construtivas, o sótão conservava um ar quente e seco, ideal para a conservação de cereais que ficavam depositados nessa área. Algumas vezes o sótão podia abrigar mais um dormitório para os meninos ou para hóspedes.

A imagem 03 trata da Casa Righesso, moradia construída em 1889, em pedras de basalto irregular de cor preta, unidas entre si com uma mistura de feno, palha e estrume de vaca. Essa residência era originalmente coberta por tabuinhas, também conhecidas como scándole, possuíam aproximadamente cinquenta centímetros de comprimento por vinte centímetros de largura, atualmente a cobertura foi substituída por telhas de barro, devido a pouca resistência do scándole. Restaurada no ano de 2007, onde desde meados de 2012 funciona a salumeria, local em que o visitante pode conhecer a história e a tradição dos embutidos, degustar e adquirir o produto.

A cobertura dessa construção é típica da dos imigrantes italianos, em quatro águas e de beiral pequeno. A forma da planta baixa também é a usual adotada por eles, geralmente um retângulo, mas com um sábio equilíbrio nas fachadas, com esquadrias disposta de forma harmoniosa e cuidadosamente estudadas, mantendo sempre uma simetria.

A cozinha em algumas casas estava localizada próxima a residência, ligada por uma pequena cobertura. Servia também como estar e lugar de convívio antes e depois das refeições. Geralmente usavam esse partido arquitetônico para separar a área da residência da cozinha, devido ao perigo de incêndio.

A imagem 04 mostra o casarão construído em 1915, na cidade de Flores da Cunha que foi desmontado e transferido para São Pedro no ano de 2004, mantendo as características originais, com o acréscimo do porão em pedras irregulares.

Percebe-se que apesar da simplicidade das construções, cada uma tem a sua história, fazem parte da memória coletiva da cidade a partir da qual evoluiu toda a aglomeração urbana, elementos que fazem parte do imaginário dos moradores.

Assim resume Costa (1976), em relação as construções dos imigrantes italianos: “preservar o que estes valentes imigrantes ergueram com seus braços rudes, será por si só a melhor maneira de prestarmos a eles nossa admiração e nosso reconhecimento.”

Conclusão

O presente artigo levantou a importância de se preservar o patrimônio material e imaterial, graças as memórias associadas ao lugar na construção da identidade e italianidade de uma comunidade, devido principalmente ao turismo cultural rural.

A preservação da arquitetura singela, porém dotada de memórias a ela associadas revela-se um importante papel na construção do imaginário dessa comunidade e dos turistas que visitam o local, em busca de um lazer educativo e informativo.

Na tentativa de esclarecer a importância de se preservar um bem, de outro ponto indaga-se da necessidade de se demolir o velho e substituir pelo moderno. Num mundo onde a especulação imobiliária apaga as marcas da história, a necessidade de se preservar o patrimônio construído deve ser tema de estudo, sem pretensão de esgotá-lo, inclusive nesse artigo. Por que preservar? Essa é a essência do problema, é o leme da pesquisa e o norte do autor.

Referências

ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DE PEDRA. Disponível em <http://www.caminhosdepedra.org.br>. Acesso em: 19 de abril. 2013.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **Raízes italianas do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2000.

COLOGNESE, Silvio Antonio. **Associações étnicas de italianos. Identidade e globalização**. São Paulo, SP: Editora Itália Nova, 2004.

COSTA, Rovílio. **Antropologia visual da imigração italiana**. Caxias do Sul, RS: Editora UCS, 1976.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração. O êxodo dos italianos do vêneto para o Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GUTIERREZ, Ester; GUTIERREZ, Rogério. **Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)**. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2000.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da Serra. A colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 2000.

MICHELIN, Rita L. **A reconstrução da etnicidade na arena turística: o caso do roteiro de turismo rural cultural Caminhos de Pedra. Bento Gonçalves, RS**. Caxias do Sul, RS, 2008. 112 p. Monografia. Universidade de Caxias do Sul.

POSENATO, Júlio. **Antônio Prado, cidade histórica**. Porto Alegre, RS: Posenato Arte & Cultura, 1989.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A colonização italiana para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos e ZANINI, Maria Catarina C. **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2010. p. 153-169.